



Discursivas com Prof. Daniel Coelho

SEMANA 01

A atividade de inteligência

aplicada a segurança pública



VÍDEOS

Sobre temas visados na prova da PF



TEXTOS

Sobre temas visados na prova da PF



ATIVIDADES DISCURSIVAS

A serem corrigidas colaborativamente



Os maiores especialistas

Orientação com exclusividade aos candidatos ao
concurso da Polícia Federal

DANIEL COELHO



15 anos de carreira na Polícia Federal.

Serviu na condição de Agente da Polícia Federal não só no Brasil como também na França.

Foi Adido Adjunto da PF junto à Embaixada do Brasil em Paris.

É instrutor junto à Academia Nacional de Polícia.

DANIEL COELHO

Por favor, não pirateie nosso conteúdo. Nossa equipe trabalha pesado para o oferecer o melhor conteúdo por planos bem acessíveis a partir de **R\$ 29,90 ao mês**. Se você acha esse material legal a ponto de ser compartilhado, considere apoiar o Clipping Concursos **assinando a plataforma**.

Palavras do Professor

Este é o primeiro texto de uma série de assuntos selecionados por mim e que este é o primeiro texto de uma série de assuntos selecionados por mim e que trataremos juntos durante a preparação para a prova discursiva do concurso para o cargo de agente da Polícia Federal.

A ideia é apresentar para vocês um primeiro bloco de temas de atualidades, que sejam também ligados às atividades da Polícia Federal e à questão de Segurança Pública.

Para começarmos, escolhi abordar com vocês um tema central do debate atual: Inteligência aplicada à Segurança Pública. Esse tema vem à tona sempre que novos dados negativos sobre violência são divulgados. A cada novo episódio de violência com repercussão nacional, especialistas apresentam as mesmas críticas, dizendo que os órgãos responsáveis pela segurança pública no Brasil devem investir na atividade de inteligência a fim de diminuir os altos índices de criminalidade.

Apesar de bastante discutido entre especialistas, o assunto pode parecer vago e impreciso para aqueles que não participam regularmente do debate sobre a violência no Brasil. Nesse sentido, buscaremos responder às seguintes questões: o que não está funcionando na condução da Segurança Pública? O que significa "investir em inteligência"?

A pertinência do assunto é reforçada pelo anúncio da aprovação, no Congresso Nacional, do projeto de lei que cria o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com o objetivo de melhorar a condução de políticas públicas ligadas à segurança no Brasil.

Na sequência final do texto, veremos de que forma a atividade de inteligência se insere nas principais missões da PF. Apresentarei como o uso de uma doutrina de inteligência, concebida atualmente pela Diretoria de Inteligência Policial, deu coerência à atuação nacional e trouxe benefícios a diferentes setores da polícia federal.

O plano geral do texto se apresenta da seguinte forma: 1. Inteligência: conceito e diagnóstico; 2. O Sistema Único de Segurança Pública e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; 3. A atividade de inteligência na Polícia Federal.

Vamos lá!





Quem é o Professor

Prof. Daniel Coelho conta com 15 anos de carreira na Polícia Federal. Serviu na condição de Agente da Polícia Federal não só no Brasil como também na França, onde foi Adido Adjunto da PF junto à Embaixada do Brasil em Paris. Instrutor da Academia Nacional de Polícia (ANP). Atualmente, é aluno da École nationale d'administration (ENA) na França e mestrando em Políticas Públicas Europeias pela Universidade de Paris I Panthéon Sorbonne.

Trajectoria na Polícia Federal

- Primeira lotação na Delegacia de repressão a entorpecentes (DRE/SR/PA), em Belém/Pará, entre 2003 e 2004;
- Segunda lotação, Diretoria de Inteligência Policial, DIP/DPF, Brasília - DF, de 2004 a 2014
- Instrutor junto à Academia Nacional de Polícia
- Terceira lotação na adidância da Polícia Federal na França, entre 2014 e 2017;

Trajectoria Acadêmica

- Doutorando em Criminologia pelo *Conservatoire National des Arts et Métiers de Paris - CNAM*;
- Mestrando em Políticas Públicas Europeias, Universidade de Paris 1, Panthéon Sorbonne;
- Mestrado em Criminologia, título “Ameaças criminais contemporâneas” pelo *Conservatoire National des Arts et Métiers de Paris - CNAM*;
- Graduação em Ciências Contábeis, no *Centro de Ensino Universitário de Brasília- UNICEUB*;

1. Inteligência: conceito e diagnóstico

1.1 Conceito

Como já destacado acima, a cada crise ligada à escalada da violência no Brasil, o diagnóstico é unânime: falta investimento em inteligência. Começaremos, então, definindo o que é “inteligência”, aplicada à atividade de segurança pública.

Segundo o manual de inteligência policial da Polícia Federal:

(...) é a atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida por órgão policial, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório deste órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional. (p. 8).

A Inteligência de Segurança Pública está igualmente prevista na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, (DNISP), elaborada e difundida pelo Ministério da Justiça. Segundo a DNISP, a atividade de inteligência de segurança pública pode ser assim definida:

"A atividade de Inteligência de Segurança Pública – ISP é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera de Segurança Pública, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os governos na tomada de decisões, para o planejamento e execução de uma política de Segurança Pública e das ações para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos de qualquer natureza que atente à ordem pública, à incolumidade das pessoas e do patrimônio."

1.2 Diagnóstico

i) Dificuldade de coordenação e cooperação

Tendo como base os conceitos acima apresentados, fica evidente que na teoria tudo vai bem, mas que na prática os órgãos de segurança não conseguem aplicar as doutrinas preconizadas pelos coordenadores da Segurança Pública no Brasil. Mas por quê?

São várias as causas da ineficiência no trabalho de coordenação, planejamento e cooperação entre os órgãos de segurança pública no Brasil:

a) Os órgãos de segurança pública no Brasil não possuem **cultura institucional de inteligência**. Embora existam estruturas criadas com essa finalidade em nível federal e estadual (como as subsecretarias de inteligência nos estados e na SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública) não há uma cultura de uso sistemático de coleta e análise de dados para a elaboração de programas e planos de ação. Da mesma forma, o planejamento, a coordenação e a cooperação entre forças de segurança são dificultados por problemas estruturais, como veremos a seguir.

b) O problema se apresenta logo na primeira fase de aplicação da doutrina: coleta e tratamento de dados. Essa primeira fase é deficiente, pois a **relação entre a polícia e sociedade está desgastada**. De um lado, as vítimas não vão às delegacias registrar ocorrências, nem fornecem informações que poderiam ajudar nas investigações, pois não confiam na polícia nem acreditam na capacidade dos órgãos de segurança pública em dar respostas à sociedade. De outro, as polícias não têm meios de tratar, de forma apropriada, por um canal único, as ocorrências policiais e as informações que chegam de diferentes fontes. Como não coletam apropriadamente os dados que retratam a realidade criminal de um território, são incapazes de realizar estudos analíticos e estratégicos a fim de criar ações adequadas a fenômenos criminais específicos.

O resultado é um ciclo vicioso, no qual se privilegia uma **ação reativa**, em detrimento de uma ação coordenada, planejada e baseada em estudos estratégicos.

c) Ainda reflexo da falta de cultura institucional, a **informalidade e pessoalidade das relações** produzem redes de cooperação, baseadas em relações informais e pessoais. Assim, cada mudança de efetivo ou de dirigente em órgãos de segurança pública pode significar a desconstrução de laços de cooperação entre instituições, uma vez que as relações de confiança se estabelecem por afinidades pessoais e não por políticas oficiais. Entretanto, segundo o que é aplicado em outros países, os canais de cooperação e de colaboração devem existir independentemente das pessoas que exercem funções nas áreas de segurança. Deve-se privilegiar relações institucionais perenes e canais de comunicação oficiais para que a inteligência possa produzir efeitos de longo prazo no combate à criminalidade.

d) A **corrupção presente nos órgãos de segurança** é mais um fator que impede o desenvolvimento da atividade de inteligência, pois cria obstáculos ao trabalho conjunto e à criação de um ambiente de cooperação e confiança. O medo de vazamentos e do uso indevido de informações compartilhadas é um freio à cooperação. Indiretamente ligado à esse tópico, encontramos o problema da grande diferença de salários pagos aos policiais brasileiros, em função da capacidade de cada estado. Essa diferença salarial dificulta a cooperação e a instalação de um ambiente de confiança.

e) A **multiplicidade de atores** atuando em um mesmo território dificulta a coordenação e a aplicação de planos conjuntos de combate à criminalidade. Para se ter uma ideia, em uma única capital brasileira, atuam Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e Polícia Militar; sem falar de órgãos ligados ao sistema penitenciário e às receitas estadual e federal. Cada órgão tem uma organização diferenciada, uma formação específica e uma cultura própria. Isso se traduz em uma dificuldade complementar, quando o objetivo é uma atuação conjunta e coordenada, visando um objetivo comum. Essa dificuldade se acentua com a **rivalidade existente entre os órgãos**.

ii) Falta de investimento na área técnico-científica

Recentemente, o chefe do gabinete de intervenção no Rio de Janeiro, General Mauro Sinott, declarou à imprensa que a prioridade será o investimento na área de inteligência da Polícia Civil, com o objetivo de melhorar os índices de elucidação de crimes. Segundo o General, mais investimentos serão dirigidos à polícia científica.

Essa necessidade de investimento na área técnico-científica não é particular ao estado do Rio de Janeiro, infelizmente. Todos os estados apresentam deficiências nesta área. Por exemplo, faltam reagentes, equipamentos para perícias de DNA e equipamentos informatizados para pesquisas e confrontos de impressões digitais. Tudo isso tem consequências negativas na busca de provas para o processo penal, impactando negativamente na quantidade de crimes elucidados.

Com o intuito de reagir às críticas e frente à constatação de que a situação atual pede mudanças, o Governo Federal decidiu acelerar a tramitação do projeto de lei que cria o sistema nacional de segurança pública e prevê a adoção de uma política nacional de segurança. No próximo tópico, veremos com mais detalhes o projeto aprovado no congresso nacional.

2. O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSDS)

O projeto de lei que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSDS) integra todos os entes da federação na implementação de ações para o setor.

A nova lei busca capacitar, proteger e valorizar seus profissionais; estimular a articulação, a colaboração, o compartilhamento de informações, a cooperação, a integração entre agentes e órgãos de segurança, inclusive o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e estabelecer mecanismos de avaliação e controle social, com participação popular.

ATENÇÃO

Este é uma amostra de um dos vários conteúdos oferecidos aos assinantes do Clipping Concursos.

Por favor, não pirateie nosso conteúdo. Nossa equipe trabalha pesado para o oferecer o melhor conteúdo por planos bem acessíveis a partir de **R\$29,90** ao mês.

Se você acha esse material legal a ponto de ser compartilhado, considere apoiar o Clipping assinando a plataforma.

#VALEAPENA!

SAIBA MAIS